

## CÂMARA DE APOIO TÉCNICO DO PASSAUNA

CAT

RUA DA BANDEIRA 570 - EMATER PARANÁ

### ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE APOIO TÉCNICO DO PASSAUNA

Ata da Reunião da Câmara de Apoio Técnico do Passauna que realizou-se no dia primeiro de outubro de hum mil novecentos e noventa e sete com início às quatorze horas ( 14:00 ) , na sala de reuniões da EMATER , sita a rua da Bandeira 570 - nesta capital , com a seguinte pauta:-Apreciação de questões trazidas pelos membros da CAT para serem devidamente apreciadas e em especial , o relacionado com a implantação de Posto de Gasolina em zoneamento denominado CUE , ou seja , Corredor de Uso Especial , situado na PR- 90 , município de Campo Magro , devidamente protocolado no Instituto Ambiental do Paraná,Escritório Regional de Curitiba sob nº1650 /97 , em que figura como requerente Mário Laercio Menegusso . Aberta a reunião pelo Ilmo Sr. Dr. Saint-Clair Honorato Santos , Procurador de Justiça e Presidente em exercício , recebeu do representante do I.A.P , relatório Técnico nº 114/97 -ERCBA , relacionado com o depósito de combustíveis de propriedade da firma Rejaile Distribuidora de Petróleo Ltda , o qual foi

entregue ao representante da Prefeitura de Almirante Tamandaré , ficando cópia arquivada em pasta própria para posteriores consultas , se for o caso .

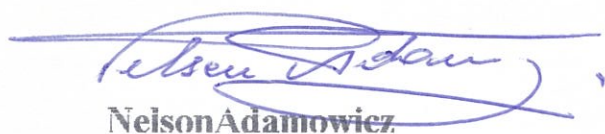
Em seguida o Ilmo. Presidente passou a Palavra ao representante de Araucária Sr. Tadeu Lucaski , o qual referiu-se a intenção de uma empresa estabelecer-se na APA do Passauna no ramo de confecção de Chassis e Rodas , sendo que o Presidente recomendou rigor na apreciação do projeto Técnico.

Dando prosseguimento ao seu relato , apresentou aos membros da CAT , comunicado que fez o Escritório Regional de Curitiba à Firma Belemar Despachos Aduaneiros e Transportes Ltda , indeferindo a solicitação de Licenciamento Prévio , concernente ao armazenamento de matéria prima orgânica na localidade de Thomas Coelho , rua Francisco Knopik , 796 , zona de chácara 1 , exigindo que as atividades no local devem ser imediatamente paralizadas , destinando o material depositado , para lugar devidamente autorizado , no prazo de 48 horas . O representante do IAP , tomando conhecimento do fato , alertou aos membros da CAT , que a referida firma adentrou com pedido de reconsideração , através do protocolo 3.460 / 97 - ERCBA , solicitando a dilatação de prazo para seis meses ou seja 180 dias , sendo que pelo parecer técnico nº 115 / 97 ERCBA-IAP , não existe oposição às pretensões da requerente , pois o prazo solicitado , coincidiria com o termino das obras de um barracão de propriedade da empresa . Após rápida

deliberação , os membros da CAT , assim como o Ilmo Presidente em exercício , não concederam o prazo solicitado , pois o local no qual encontra-se o depósito ou seja Zona de chácaras não é contemplado com tal atividade , conforme decreto 458/91 , ficando sob a responsabilidade do IAP , a concessão do prazo solicitado, assim como o monitoramento das atividades da empresa .

Dando-se prosseguimento a reunião , o representante do IAP apresentou o protocolo relacionado com o Posto de Combustível e o de nº 2948 , no qual Quielse Crisostomo da Silva , solicita licença prévia para subdividir a área de 51.621,00 m<sup>2</sup> em 50 lotes , incidindo as pretensões em zoneamento denominado ZCH.2 , ou seja zona de chacaras.2 , com média de 1032,42 m<sup>2</sup> cada unidade , empreendimento a ser implantado nas confrontações da Rua Narciso , rua esta pertencente ao conjunto habitacional Boa Vista I , solicitando ainda a inclusão na presente ata da deliberação tomada favoravelmente pela CAT em reunião anterior , na qual foi concedida autorização para expedição de licença prévia a favor da empresa Flexicoton Industria e Comercio de Hastes Flexiveis Ltda . Após as devidas deliberações , os membros da CAT resolveram que o procedimento relacionado com o Posto de Combustíveis , necessita de um anteprojeto ambiental para ser devidamente apreciado pela Câmara , pois trata-se de atividade de risco, sendo que as pretensões do Sr. Quielse Crisóstomo da Silva , recebeu parecer

contrario da Câmara , uma vez que qualquer empreendimento ou parcelamento na Zona de Chacaras.2 , deve possuir 5000m<sup>2</sup>, parcelamento que ainda de conformidade com o representante da EMATER , esta condicionado a classe de solo do local onde recai às pretensões do requerente do protocolo administrativo anteriormente mencionado. No que toca a inclusão do parecer favorável a expedição de licença prévia a Flexicoton Industria e Comercio , a mesma passa a figurar oficialmente da presente ata . Após as deliberações efetuadas , o representante do Batalhão de Policia Florestal , José Bernardo Monn - 1º Ten. PM QOA, apresentou relatório concernente às atividades desenvolvidas durante o mês de agosto pela corporação , sendo que os relatórios devidamente datilografados, foram repassados ao secretariante afim de serem arquivados em pasta própria , assim como o Ilmo Sr. Presidente repassou ao secretariante requerimento do Posto Avenida , endereçado a CAT , para ser devidamente protocolado , no qual solicita a reativação de lavagem de aparência . Sendo que nada mais havia a tratar, eu Nelson Adamowicz, Secretariante, lavrei a presente ata que vai por mim e pelo excelentíssimo Presidente devidamente assinada.



NelsonAdamowicz

Secretariante-IAP



Dr. Saint Clair Honorato Santos

Presidente da CAT

Reunião CAT. 01.10.97.

SAINT CLAIR H. SANTOS

TADEU LUCASKI

HÉLIO LUIS BLUMER

Ednei Bueno do Nascimento

Jose Carlos R. Ladeira

Marianna S. Roorda

Haroldo Wöhl - SEC. MUN. MEIO AMBIENTE CAMPO LARGO

LUIZ CELSO TARNOWSKI - COMERC. Luiz Celso Tarnowski.

JOSÉ BERNARDO MOHN - BPPLO

ALVIR JACOB - CAMPO MACRO

JOÃO LECH SAM EK - SUDERHSA

NELSON A DAMOWICE

Taxiaria Ruess - 21/10/97.

PARANÁ

INDUSTRIA & COMERCIO

DATA 11/10/97

ESTADO DE SÃO PAULO

JORNAL DO ESTADO

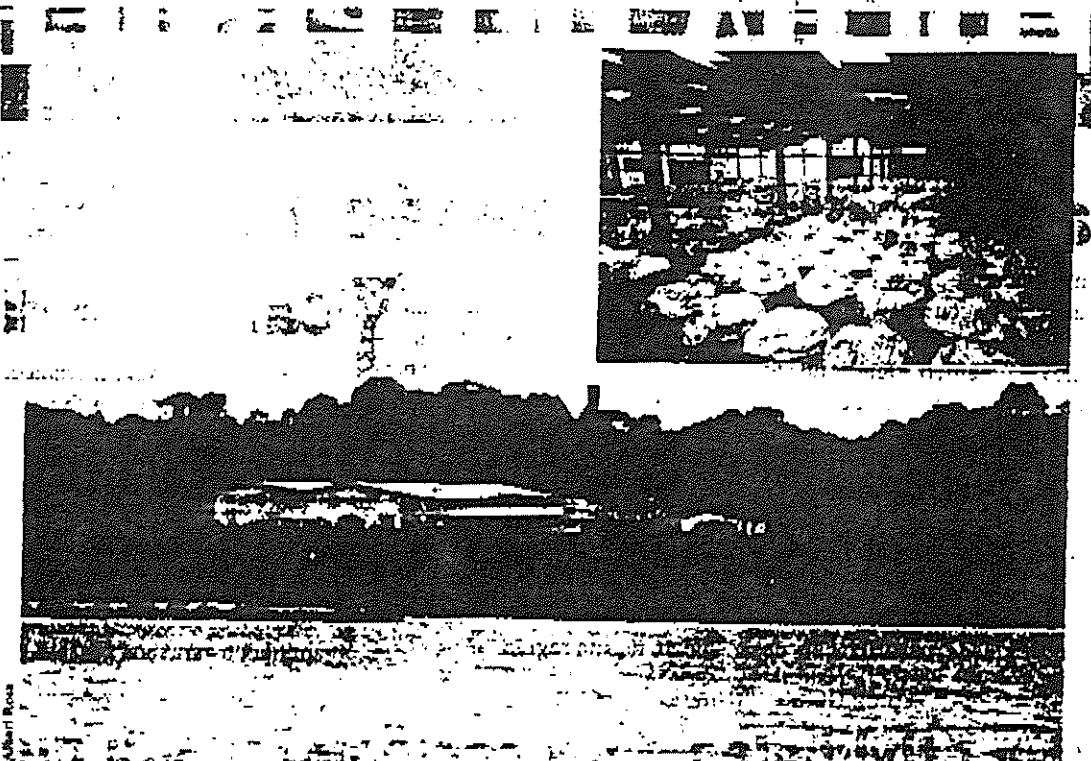
FOLHA DE SÃO PAULO

JORNAL DO BRASIL

FOLHA DE LONDRINA

O GLOBO

OUTROS



Três mil toneladas de enzimas para uso industrial estão estocadas em área irregular, perto da Barragem do Passaúna

ARAUCÁRIA

## Barracão fere Lei de Zoneamento

Lorena Aubriff Klenk

Curitiba

O armazenamento de 3 mil toneladas de enzimas para alimentos e produtos de limpeza num barracão a menos de 200 metros da Represa do Passaúna, em Araucária, está provocando polêmica. A prefeitura local e a Câmara de Apoio Técnico do Passaúna, acham que, embora o produto aparentemente não ofereça risco ambiental, abre um precedente perigoso na Lei de Zoneamento da Área de Proteção Ambiental (APA) do Passaúna. Já o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) defende o licenciamento. No meio da polêmica, o produto está armazenado há mais de um mês, sem alvará nem licença ambiental.

O produto pertence à Novo Nordisk Bioindustrial do Brasil,

multinacional dinamarquesa instalada na Cidade Industrial de Araucária. Para a armazenagem, a empresa contratou a Belemar, que alugou o barracão.

O problema é que as enzimas foram armazenadas sem autorização. O alvará foi negado pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente de Araucária. "Negamos porque o produto não é contemplado como permissível pelo Decreto 458, que norteia a ocupação do solo na APA", diz o chefe do departamento, Tadeu Lucaski. Ele explica que,

pelo decreto, a área próxima à represa é zona de chácaras e não pode abrigar outras atividades.

Como o alvará deve proceder a licença ambiental, esta foi negada pelo IAP, que deu à empresa 48 horas para retirar o produto. A Belemar pediu 180 dias, até construir outro barracão. O IAP

levou o assunto para a Câmara de Apoio Técnico da APA do Passaúna, um órgão de caráter consultivo que congrega representantes dos vários órgãos e municípios ligados à APA. A Câmara deu parecer contrário à estocagem.

Lucaski, que representa Araucária na Câmara, admite que o produto não é perigoso para o meio ambiente, mas teme abrir um precedente. "É um risco que o IAP precisa assumir, se conceder o prazo", afirma. O chefe do escritório do IAP em Curitiba, Romão Kwa, acha que esse perigo não existe e deu parecer dizendo que as enzimas não oferecem risco ambiental.

O presidente da Novo Nordisk para a América Latina, Victor Barbôsa, se disse surpreso com a polêmica: "Temos vários armazéns, todos terceirizados, e não sabia que um deles está em área de preservação ambiental". Segundo ele, se ficar comprovado que a empresa infringiu a lei, "em menos de 48 horas retiro o material de lá".

**Produto está no local há mais de um mês, sem alvará nem licença ambiental**

GOVERN

PAR

CIAL

*O produto pertence à Novo Nordisk Bioindustrial do Brasil, multinacional dinamarquesa instalada na Cidade Industrial de Araucária. Para a armazenagem, a empresa contratou a Belemar, que alugou o barracão. O problema é que as enzimas foram armazenadas sem autorização. O alvará foi negado pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente de Araucária. "Negamos porque o produto não é contemplado como permissível pelo Decreto 458, que norteia a ocupação do solo na APA", diz o chefe do departamento, Tadeu Lucaski. Ele explica que, pelo decreto, a área próxima à represa é zona de chácaras e não pode abrigar outras atividades. Como o alvará deve proceder a licença ambiental, esta foi negada pelo IAP, que deu à empresa 48 horas para retirar o produto. A Belemar pediu 180 dias, até construir outro barracão. O IAP levou o assunto para a Câmara de Apoio Técnico da APA do Passaúna, um órgão de caráter consultivo que congrega representantes dos vários órgãos e municípios ligados à APA. A Câmara deu parecer contrário à estocagem. Lucaski, que representa Araucária na Câmara, admite que o produto não é perigoso para o meio ambiente, mas teme abrir um precedente. "É um risco que o IAP precisa assumir, se conceder o prazo", afirma. O chefe do escritório do IAP em Curitiba, Romão Kwa, acha que esse perigo não existe e deu parecer dizendo que as enzimas não oferecem risco ambiental. O presidente da Novo Nordisk para a América Latina, Victor Barbôsa, se disse surpreso com a polêmica: "Temos vários armazéns, todos terceirizados, e não sabia que um deles está em área de preservação ambiental". Segundo ele, se ficar comprovado que a empresa infringiu a lei, "em menos de 48 horas retiro o material de lá".*

Diretor de